

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i> . . . . .	IX
<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> . . . . .	XI
<i>Obras do Autor</i> . . . . .	XV
<i>A Obra</i> . . . . .	XVII
<i>O Autor</i> . . . . .	XIX
<i>Nota da Editora</i> . . . . .	XXI

### Parte I

#### A SOCIEDADE, O DIREITO, O ESTADO E O TRIBUTO

<b>Capítulo I – O OBJETO DO DIREITO</b> . . . . .	3
1.1. O Direito como técnica e como valor . . . . .	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor . . . . .	4
1.3. Direito, Sociedade e História . . . . .	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, Sociedade e Cultura – A experiência jurídica e a história dos homens . . . . .	4
1.5. A Moda, a Moral, a Religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e Civilização . . . . .	8
1.6. A inevitável ambigüidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo . . . . .	10
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito . . . . .	12
<b>Capítulo II – O DIREITO COMO OBJETO</b> . . . . .	15
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito . . . . .	15
2.2. As categorias do conhecimento jurídico . . . . .	16
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas . . . . .	16
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Normas primárias e secundárias . . . . .	18
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes . . . . .	20
2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes . . . . .	21
2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário . . . . .	23
2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas . . . . .	23
2.9. Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas . . . . .	27

<b>Capítulo III – O OBJETO DO DIREITO TRIBUTÁRIO E O DIREITO TRIBUTÁRIO COMO OBJETO</b> . . . . .	<b>31</b>
3.1. A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito . . . . .	31
3.2. A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário . . . . .	32
* 3.3. Direito Financeiro e Direito Tributário . . . . .	32
3.4. A relação tributária: cerne do Direito Tributário . . . . .	32
3.5. O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente . . . . .	33
3.6. O Direito Tributário como objeto . . . . .	34
3.7. Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete . . . . .	34
3.8. Direito Tributário e Estado . . . . .	35

<b>Capítulo IV – O ESTADO E SUAS FUNÇÕES</b> . . . . .	<b>37</b>
4.1. O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte . . . . .	37
4.2. As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação . . . . .	38

## Parte II

### O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO

<b>Capítulo I – O DIREITO TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO</b> . . . . .	<b>45</b>
1.1. A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro . . . . .	45
1.2. O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários . . . . .	46
1.3. Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular . . . . .	46
1.4. República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário . . . . .	48
1.5. República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário . . . . .	50
1.6. Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro . . . . .	57
1.7. A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal . . . . .	59
1.8. Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados . . . . .	62
1.9. Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário . . . . .	62
1.10. O Estado Federal e o exercício do poder de tributar . . . . .	62
1.11. A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros . . . . .	62
1.12. Presidencialismo e Parlamentarismo – Decretos-Lei e medidas provisórias – Federação e Direito Tributário . . . . .	63
<b>Capítulo II – OS PRINCÍPIOS GERAIS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO</b> . . . . .	<b>65</b>
2.1. O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação . . . . .	65
2.2. A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes . . . . .	67
* 2.3. O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares . . . . .	67

* 2.4. O tributo e suas espécies – Como reparti-los . . . . .	67
x 2.5. A repartição das competências pela natureza dos fatos jurígenos . . . . .	67
x 2.6. Competência comum e privativa – As técnicas de repartição . . . . .	68
2.7. Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados . . . . .	69
2.8. A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte . . . . .	69
2.9. As técnicas constitucionais de repartição . . . . .	70
2.10. A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas . . . . .	70
2.11. A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los . . . . .	71
2.12. Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não-vinculados . . . . .	72
2.13. Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes . . . . .	72
2.14. A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia. . . . .	73
2.15. Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional . . . . .	74
2.16. A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II do presente livro . . . . .	74
2.17. Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias . . . . .	75
2.18. O manejo dos princípios da pessoalidade e da capacidade contributiva . . . . .	77
2.19. Capacidade contributiva e discricção legislativa . . . . .	80
2.20. A capacidade contributiva e as espécies tributárias – Capacidade contributiva e extrafiscalidade . . . . .	82
2.21. A capacidade contributiva e o papel do Poder Judiciário . . . . .	84
2.22. A importância dos princípios jurídicos – Os princípios constitucionalizados são obrigatórios . . . . .	88
2.23. Os poderes de investigação do Fisco para aferir a capacidade contributiva . . . . .	90
2.24. O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos . . . . .	91
2.25. Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias . . . . .	94

<b>Capítulo III – LEI COMPLEMENTAR COMO AGENTE NORMATIVO ORDENADOR DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E DA REPARTIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS . . . . .</b>	<b>95</b>
3.1. As leis complementares da Constituição . . . . .	95
3.2. As leis complementares tributárias . . . . .	96
3.3. O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo . . . . .	97
3.4. A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias . . . . .	99
3.5. Como operam as leis complementares em matéria tributária . . . . .	100
3.6. Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988 . . . . .	103
3.7. Conflitos de competência . . . . .	103
3.8. Regulação das limitações ao poder de tributar . . . . .	105

3.9. Apreciações críticas sobre a matéria em exame . . . . .	106
3.10. Normas gerais de Direito Tributário . . . . .	107
3.11. O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares . . . . .	109
3.12. Temas constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária . . . . .	110
3.13. O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular . . . . .	112
3.14. Síntese do tema das leis complementares tributárias pelo ângulo aplicativo (normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada – como diferenciá-las) . . . . .	115
3.15. Finalização sobre o tema das normas gerais de Direito Tributário – Relatório sobre os temas que pedem lei complementar em finanças e tributação . . . . .	115
3.16. A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições . . . . .	119
<b>Capítulo IV – OUTRAS REGRAS DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS . . . . .</b>	<b>121</b>
4.1. A competência múltipla das pessoas políticas . . . . .	121
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico . . . . .	122
4.3. Contribuições parafiscais – Competência – Regime jurídico . . . . .	128
4.4. Uma questão de Direito intertemporal ou de jurisprudência variante . . . . .	133
4.5. Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC etc. . . . .	141
4.6. Contribuições em favor das confederações sindicais . . . . .	142
4.7. O regime jurídico-constitucional dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais – Síntese . . . . .	143
4.8. Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas . . . . .	148
4.9. As taxas e os princípios retores da tributação . . . . .	148
4.10. O Poder Judiciário e os princípios justributários . . . . .	150
4.11. Taxas de polícia e taxas de serviço . . . . .	150
4.12. Preconceitos a desfazer em matéria de taxas . . . . .	150
4.13. Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas . . . . .	151
4.14. Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços . . . . .	152
<b>Capítulo V – LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR – TEMAS AFINS . . . . .</b>	<b>155</b>
5.1. Limitações genéricas e específicas ao poder de tributar . . . . .	156
5.2. Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interpolação normativa . . . . .	157
5.3. Imunidade e isenções . . . . .	157
5.4. Normas impositivas, imunitórias e isençionais – A quem se destinam – Como se integram na norma de tributação . . . . .	158
5.5. Tipologia exonerativa . . . . .	158
5.6. Imunidade . . . . .	160
5.7. Os efeitos da imunidade . . . . .	161
5.8. A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação . . . . .	162
5.9. Equívocos da doutrina tradicional . . . . .	162
5.10. A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco . . . . .	164
5.11. A alternativa proposta . . . . .	164

5.12. A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não-incidência pura ou natural – Primeira aproximação . . . . .	167
5.13. A questão da não-incidência – Conclusão . . . . .	170
5.14. Exoneração nas conseqüências das normas de tributação – Quantitativas . . . . .	170
5.15. Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as prevêem . . . . .	171
5.16. Alíquota zero . . . . .	171
5.17. Isenções parciais . . . . .	178

<b>Capítulo VI – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: EXPLÍCITOS, DERIVADOS E CONEXOS . . . . .</b>	<b>179</b>
6.1. Princípios expressos e conexos . . . . .	179
6.2. As funções dos princípios constitucionais . . . . .	180
6.3. O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais . . . . .	182
6.4. O manejo dos princípios pela doutrina e a jurisprudência . . . . .	186
6.5. O princípio da legalidade da tributação – Evolução histórica e concreção constitucional – O princípio da legalidade tributária, formal e material – Legalidade, anterioridade, tipicidade e irretroatividade como enredo principiológico inextrincável . . . . .	188
6.6. O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil . . . . .	188
6.7. Legalidade, lei delegada e medida provisória . . . . .	194
6.8. Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos . . . . .	194
6.9. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material . . . . .	196
6.10. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos . . . . .	202
6.11. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade . . . . .	203
6.12. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei . . . . .	207
6.13. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação . . . . .	207
6.14. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil . . . . .	208
6.15. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções . . . . .	209
6.16. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias . . . . .	222
6.17. O princípio da não-surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos) . . . . .	226
<u>6.18. Exceções ao princípio da anterioridade . . . . .</u>	<u>228</u>
6.19. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária . . . . .	228
6.20. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar . . . . .	232
6.21. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei . . . . .	234
6.22. A irretroatividade da lei e a retrospectividade . . . . .	235
6.23. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva . . . . .	237
6.24. Irretroatividade e ação rescisória . . . . .	240
6.25. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico . . . . .	242
6.26. O princípio do não-confisco . . . . .	246
6.27. O princípio do não-confisco e as presunções legais . . . . .	249

6.28. O não-confisco como limite ao poder de graduar a tributação . . . . .	253
6.29. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio . . . . .	254
<b>Capítulo VII – AS IMUNIDADES GENÉRICAS . . . . .</b>	<b>257</b>
7.1. A imunidade intergovernamental recíproca . . . . .	257
7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação . . . . .	265
7.3. A imunidade dos templos . . . . .	268
7.4. A imunidade dos partidos . . . . .	270
7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais . . . . .	270
7.6. A imunidade das instituições fechadas e de previdência privada (fundos de pensão) . . . . .	277
7.7. O duplo sentido do <i>nomen</i> “assistência social” no corpo da Constituição de 1988 . . . . .	287
7.8. O sistema previdenciário dos servidores e a seguridade social . . . . .	289
7.9. Regras ancilares das imunidades do art. 150, VI, “a”, “b” e “c” . . . . .	291
7.10. A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão (art. 150, VI, “d”) . . . . .	292
7.11. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços . . . . .	298
7.12. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei . . . . .	299
7.13. O princípio da tributação federal uniforme . . . . .	301
7.14. Substituição tributária progressiva . . . . .	302
7.15. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal . . . . .	303
7.16. A proibição da isenção heterônoma e as exceções . . . . .	303
7.17. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta . . . . .	305
7.18. A vedação que proíbe aos Estados e aos Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro . . . . .	305
7.19. Vedações inerentes à substituição tributária para a frente . . . . .	306
<b>Capítulo VIII – OS IMPOSTOS DA UNIÃO, OS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHE SÃO PRÓPRIOS . . . . .</b>	<b>307</b>
8.1. Os impostos de importação e exportação . . . . .	308
8.2. O imposto sobre grandes fortunas . . . . .	309
8.3. O imposto sobre produtos industrializados – IPI . . . . .	309
8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários . . . . .	310
8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural . . . . .	310
8.6. A imunidade das pequenas glebas rurais ao ITR (Jeca Tatu) . . . . .	311
8.7. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza . . . . .	312
8.8. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores . . . . .	313
8.9. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos . . . . .	319

8.10. A progressividade no imposto de renda . . . . .	320
8.11. A seletividade do IPI – Juízo crítico . . . . .	321
8.12. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos . . . . .	322
8.13. A extrema liberdade fiscal do Executivo Federal . . . . .	323
8.14. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda . . . . .	323
<u>8.15. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra . . . . .</u>	<u>324</u>
<b>Capítulo IX – OS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – DOS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS . . . . .</b>	<b>327</b>
9.1. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior) . . . . .	329
9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico . . . . .	332
9.3. Crédito e ICMS – Negativa de crédito nas exonerações . . . . .	333
9.4. ICMS – Como apurar o valor devido . . . . .	339
9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) . . . . .	342
9.6. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas . . . . .	342
9.7. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação . . . . .	343
9.8. Operações interestaduais a consumidor final noutro estado . . . . .	344
9.9. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS . . . . .	344
9.10. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores . . . . .	344
9.11. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações) . . . . .	345
9.12. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurídicos . . . . .	345
9.13. Heranças e doações e a questão do montante partilhável . . . . .	346
9.14. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros estados . . . . .	346
9.15. A imunidade virtual da energia elétrica e dos combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes, dos minerais do país e dos serviços de telecomunicações quanto a “outros tributos”. . . . .	346
<b>Capítulo X – OS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS, PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS . . . . .</b>	<b>349</b>
10.1. O IPTU . . . . .	349
10.2. A progressividade no IPTU . . . . .	355
10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica . . . . .	358
10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos . . . . .	360
10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos . . . . .	360
10.6. A imunidade de certas transmissões inter vivos de bens imóveis . . . . .	361
10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza . . . . .	363
10.8. As alíquotas do ISS . . . . .	364
10.9. A imunidade dos serviços destinados ao exterior (ISS) . . . . .	365

<b>Capítulo XI – A REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b> . . . . .	367
11.1. Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais . . . . .	367
11.2. Participação direta dos Municípios . . . . .	368
11.3. O fundo ouro . . . . .	368
11.4. Participações indiretas . . . . .	368
11.5. O fundo compensatório . . . . .	369
11.6. A vedação de “negociação” . . . . .	369
11.7. O papel do Tribunal de Contas . . . . .	369

### Parte III

## O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E NAS LEIS COMPLEMENTARES SUBSEQÜENTES

<b>Capítulo I – O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL</b> . . . . .	373
1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN . . . . .	373
1.2. O Sistema Tributário Nacional . . . . .	377
1.3. O caráter jurídico do CTN . . . . .	377
1.4. O Sistema Tributário e a Federação . . . . .	377
1.5. Os dois livros do CTN . . . . .	378
<b>Capítulo II – O CONCEITO DE TRIBUTO</b> . . . . .	379
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos . . . . .	379
2.2. O conceito jurídico de tributo . . . . .	380
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado . . . . .	380
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito Brasileiro . . . . .	381
2.5. O tributo como norma jurídica . . . . .	382
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária . . . . .	383
2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido . . . . .	385
2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos . . . . .	387
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária . . . . .	389
2.10. O conceito de tributo no Direito Brasileiro, sua excelência dogmática . . . . .	392
2.11. O tributo como obrigação . . . . .	394
<b>Capítulo III – AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS: OS IMPOSTOS, AS TAXAS E AS CONTRIBUIÇÕES</b> . . . . .	395
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante . . . . .	395
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies . . . . .	398
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória . . . . .	400
3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica . . . . .	402



3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados a atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos . . . . .	404
3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição . . . . .	404
3.7. Contribuições de melhoria, uma visão inovadora do instituto – Parentesco com a contribuição especial . . . . .	411
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988 . . . . .	413
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados . . . . .	414
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas? . . . . .	419
3.11. A constitucionalidade e a legalidade da participação da CAA/MG nas custas e emolumentos estaduais, ainda que sejam taxas . . . . .	420
3.12. Ligeiro esboço histórico sobre as custas . . . . .	422
3.13. A assimilação das custas pelo tributo denominado taxa – Legalidade da destinação da receita assim havida às Caixas de Assistência dos Advogados . . . . .	424
3.14. O pedágio, sua natureza jurídica . . . . .	426
3.15. O pedágio, ligeira crônica . . . . .	427
3.16. Pedágio: preço ou taxa? . . . . .	427
3.17. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis . . . . .	428
3.18. Os impostos indiretos visam a capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos . . . . .	429
<b>Capítulo IV – A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA . . . . .</b>	<b>431</b>
4.1. A competência tributária . . . . .	431
4.2. As limitações da competência tributária . . . . .	432
4.3. Os princípios da legalidade, da anterioridade e do livre trânsito no CTN . . . . .	433
4.4. A imunidade intergovernamental recíproca e dos templos de qualquer culto no CTN . . . . .	434
4.5. A imunidade do papel de imprensa e os princípios de resguardo da integridade nacional . . . . .	436
4.6. Os empréstimos compulsórios no CTN . . . . .	437
<b>Capítulo V – OS IMPOSTOS NO CTN . . . . .</b>	<b>439</b>
5.1. A teoria jurídica dos impostos e a sua positivação no Direito brasileiro – O papel do CTN . . . . .	441
5.2. Impostos especiais . . . . .	443
<b>Capítulo VI – IMPOSTOS FEDERAIS . . . . .</b>	<b>445</b>
6.1. Imposto de Importação . . . . .	445
6.2. Imposto de Exportação . . . . .	446
6.3. Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza . . . . .	447
6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira . . . . .	449
6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável . . . . .	452
6.6. Lucro real . . . . .	452
6.7. Abandono do lucro real . . . . .	454
6.8. Sistema do lucro arbitrado . . . . .	454

6.9. Sistema do lucro presumido . . . . .	455
6.10. Princípios para a apuração do lucro tributável . . . . .	455
6.11. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais . . . . .	455
6.12. Os resultados das transações eventuais . . . . .	456
6.13. Pessoas físicas . . . . .	457
6.14. As novidades do fim do século relativas ao Imposto de Renda . . . . .	457
6.15. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI . . . . .	457
6.16. Imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários – IOF . . . . .	463
6.17. Operações de crédito . . . . .	467
6.18. Operações de câmbio . . . . .	470
6.19. Operações de seguro . . . . .	470
6.20. Operações com títulos e valores mobiliários . . . . .	470
6.21. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural . . . . .	472
6.22. Imposto sobre Movimentações Financeiras, hoje denominado de “Contribuição sobre Movimentações Financeiras” . . . . .	474

Capítulo VII – IMPOSTOS ESTADUAIS . . . . .	
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA . . . . .	475
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos) . . . . .	476
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS . . . . .	479
7.4. O princípio da não-cumulatividade . . . . .	479
7.5. O fato gerador genérico do ICMS . . . . .	481
7.6. A natureza jurídica do princípio da não-cumulatividade . . . . .	489
7.7. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo . . . . .	489
7.8. As exceções constitucionais ao princípio da não-cumulatividade . . . . .	490
7.9. O direito universal à dedução dos créditos relativos a aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período . . . . .	492
7.10. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS . . . . .	495
7.11. A cláusula de imediata e preferencial restituição prevista no § 7º do art. 150 da Constituição – Efeitos práticos – O recurso à analogia a teor do Código Tributário Nacional – Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 92/97 . . . . .	501

Capítulo VIII – IMPOSTOS MUNICIPAIS . . . . .	
8.1. Imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis a título oneroso (exceto doações) . . . . .	513
8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU . . . . .	516
8.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS . . . . .	519

Capítulo IX – AS TAXAS NO CTN . . . . .	533
---	-----

Capítulo X – AS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA NO CTN . . . . .	537
10.1. Contribuições de melhoria tipo custo e tipo valorização . . . . .	537
10.2. Distribuição de receitas tributárias . . . . .	539

Capítulo XI – CONCEITO, VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA . . . . .	541
11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária” . . . . .	541
11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal . . . . .	542
11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal . . . . .	543
11.4. A impropriamente denominada <i>coisa julgada administrativa</i> e seus efeitos . . . . .	543
11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos . . . . .	544
11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas . . . . .	545
11.7. As questões relativas aos tratados internacionais . . . . .	545
11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988 . . . . .	547
11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna . . . . .	547
11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios . . . . .	549
11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional celebrado pela República Federativa do Brasil de obrigar Estados e Municípios . . . . .	550
11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal . . . . .	551
11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional . . . . .	551
11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira . . . . .	556
11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária . . . . .	560
11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária . . . . .	562
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100 . . . . .	563
11.18. O princípio da anterioridade no CTN . . . . .	563
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador . . . . .	564
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte . . . . .	565
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária . . . . .	567
11.22. Regras de integração da legislação tributária . . . . .	569
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado . . . . .	571
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado . . . . .	575
11.25. A interpretação restritiva em Direito Tributário – Quando é aplicável . . . . .	576
11.26. O <i>in dubio pro contribuinte</i> . . . . .	576
Capítulo XII – A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, SUJEITOS ATIVOS E PASSIVOS E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SEGUNDO O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL . . . . .	579
12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória . . . . .	579
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum . . . . .	581
12.3. A natureza não-patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos . . . . .	581
12.4. A conversão da multa em crédito tributário . . . . .	582
12.5. O fato gerador da obrigação principal . . . . .	582
12.6. O “fato gerador” da obrigação acessória . . . . .	583

12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes” . . . . .	584
12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições” . . . . .	586
12.9. O fato gerador extremado as espécies e subespécies tributárias . . . . .	586
12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição . . . . .	587
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores . . . . .	588
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica” . . . . .	589
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária . . . . .	590
12.14. Herança de competência tributária . . . . .	591
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis . . . . .	591
12.16. O pretenso sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória . . . . .	593
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir . . . . .	593
12.18. A solidariedade obrigacional passiva . . . . .	594
12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal . . . . .	595
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal? . . . . .	595
12.21. A tributação dos atos ilícitos . . . . .	597
12.22. O domicílio em matéria fiscal . . . . .	597
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária . . . . .	598
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição . . . . .	601
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto . . . . .	604
12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual . . . . .	605
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis . . . . .	608
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN . . . . .	611
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias . . . . .	612
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção . . . . .	613
12.31. Substituição tributária “para frente” . . . . .	615
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão . . . . .	621
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis . . . . .	621
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remetentes e sucessores “inter vivos” ou “causa mortis” e do espólio . . . . .	622
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais . . . . .	622
12.36. A responsabilidade de terceiros . . . . .	625
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado . . . . .	627
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal . . . . .	632
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo . . . . .	633
12.40. Tipos de sanção . . . . .	635
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário? . . . . .	636
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações . . . . .	637
12.43. Multas confiscatórias . . . . .	638
12.44. A personalização das multas fiscais . . . . .	640

12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal . . . . .	641
<b>Capítulo XIII – A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A DISCIPLINA DO LANÇAMENTO SEGUNDO O CTN – TIPOS DE LANÇAMENTO . . . . .</b>	<b>647</b>
13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional . . . . .	647
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário . . . . .	649
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal . . . . .	649
13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões . . . . .	649
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário . . . . .	651
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade . . . . .	652
13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário . . . . .	653
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos preparatórios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade . . . . .	654
13.9. Lançamento e intercendência cambial . . . . .	655
13.10. O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade . . . . .	655
13.11. A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas . . . . .	657
13.12. O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de auto-executoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo . . . . .	659
13.13. As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento . . . . .	660
13.14. A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração . . . . .	660
13.15. Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível . . . . .	664
13.16. As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração . . . . .	665
13.17. Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais . . . . .	665
13.18. Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício . . . . .	669
13.19. O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Improriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados . . . . .	671
13.20. O valor e o desvalor do chamado lançamento por <i>homologação</i> ou <i>autolancamento</i> . . . . .	673
<b>Capítulo XIV – A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO . . . . .</b>	<b>677</b>
14.1. A moratória . . . . .	678
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário . . . . .	681
14.3. A concessão de medidas liminares em mandados de segurança . . . . .	684
14.4. As reclamações e os recursos administrativos . . . . .	685
<b>Capítulo XV – A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO . . . . .</b>	<b>691</b>
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário . . . . .	691
15.2. O dia e o local do pagamento . . . . .	693
15.3. Natureza jurídica do juro moratório . . . . .	696
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos . . . . .	697

15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações . . . . .	697
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento . . . . .	698
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica . . . . .	699
15.8. Imputação de pagamento . . . . .	701
15.9. A consignação judicial do pagamento . . . . .	705
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito . . . . .	707
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória . . . . .	708
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição . . . . .	711
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição . . . . .	712
15.14. A compensação – Conceito . . . . .	713
15.15. Tipos de compensação . . . . .	714
15.16. A transação . . . . .	716
15.17. A remissão . . . . .	717
15.18. Distinção entre isenção e remissão . . . . .	718
15.19. A prescrição e a decadência . . . . .	719
15.20. A conversão do depósito em renda . . . . .	725
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda . . . . .	727
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º . . . . .	727
15.23. A decisão administrativa irreformável . . . . .	728
15.24. A decisão judicial passada em julgado . . . . .	729
15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e conseqüências relativamente às ações rescisórias. . . . .	730
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF . . . . .	733
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica . . . . .	734
<b>Capítulo XVI – A EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO . . . . .</b>	<b>737</b>
16.1. Improriedade gritante . . . . .	737
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN . . . . .	738
16.3. A questão da revogabilidade das isenções . . . . .	740
16.4. Isenções autônomas e heterônomas . . . . .	741
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais . . . . .	741
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN . . . . .	742
<b>Capítulo XVII – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – CERTIDÕES NEGATIVAS . . . . .</b>	<b>745</b>
17.1. Prólogo – Os conceitos . . . . .	745
17.2. A exposição do patrimônio particular . . . . .	749
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes . . . . .	750
17.4. Fraude à execução fiscal . . . . .	750
17.5. Créditos tributários e juízos universais . . . . .	751
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor? . . . . .	753

17.7. A massa falida e os créditos tributários . . . . .	754
17.8. O inventário e os créditos tributários . . . . .	755
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários . . . . .	755
17.10. Término de inventário, concessão de concordata e fim de falência em face da Fazenda Pública . . . . .	756
17.11. O perigo das constrições oblíquas . . . . .	757
17.12. Administração tributária . . . . .	758
17.13. Administração tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites . . . . .	758
17.14. O sigilo bancário . . . . .	759
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal . . . . .	762
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade . . . . .	766
17.17. O dever de informar e os seus limites . . . . .	767
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes . . . . .	768
17.19. A imprestabilidade da prova emprestada . . . . .	769
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado . . . . .	770
17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal . . . . .	774
Bibliografia . . . . .	779